

RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.395 - SP (2019/0327309-9)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE
ADVOGADO : JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS - SP273843
RECORRIDO : CLAUDIA DANIEL SANTORO
ADVOGADO : RODRIGO ROBERTO RUGGIERO - SP222645

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AGRAVO INTERNO, MANEJADO NA ORIGEM, EM FACE DA DECISÃO QUE CONCEDEU EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO DE APELAÇÃO. CONHECIMENTO DA TESE RECURSAL. INVIABILIDADE, EM VISTA DA PRECARIEDADE DA DECISÃO.

1. O STJ, em sintonia com o disposto na Súmula 735 do STF ("*Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar*"), entende que, via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, pois "*sabido que as medidas liminares de natureza cautelar ou antecipatória são conferidas à base de cognição sumária e de juízo de mera verossimilhança*", não representando, portanto, pronunciamento judicial definitivo, mas, sim, provisório, sujeito à modificação a qualquer tempo, não tendo o condão de ensejar a violação da legislação federal autorizadora da interposição do recurso especial, dada a sua precariedade (**AgRg no REsp 1.159.745/DF**, Min. Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 11.05.2010, DJe 21.05.2010).

2. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

1. Cuida-se de recurso especial interposto por Sul América Companhia de Seguro Saúde com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, objetivando a reforma de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

AGRAVO INTERNO - DECISÃO UNIPESSOAL QUE DEFERIU A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA RECURSAL - AÇÃO COMINATÓRIA - MANUTENÇÃO EM PLANO DE SAÚDE COLETIVO NAS MESMAS CONDIÇÕES ENQUANTO VINCULADO O TITULAR AO EMPREGADOR - EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO - DÚVIDAS ACERCA DO REGIME, SE CUSTEADO EXCLUSIVAMENTE PELO EMPREGADOR, EM COPARTICIPAÇÃO OU CONTRIBUIÇÃO INDIRETA. Recurso ofertado, por operadora de plano de saúde, em face de decisão unipessoal do relator, concedendo a tutela recursal, em sede liminar, para manter a ex-empregada beneficiária sob o pálio do contrato, requerido por 24 meses - Sentença que julgou improcedente a ação, em razão de

precedentes do STJ, entendendo não abarcar o direito do artigo 30, da lei 9656/98, os beneficiários sob regime de coparticipação - Precedentes do tribunal superior que não foram proferidos em rito de recursos repetitivos, portanto, não restringindo o livre convencimento do tribunal a quo - Recente afetação da matéria, em sede dos Recursos Especiais nº 1.680.318/SP e 1.708.104/SP, com determinação de suspensão das demandas em trâmite - Matéria pendente de unificação de entendimento, sem se olvidar da alegação, pela beneficiária, de anterior participação direta - Curial a manutenção da medida liminar. Recurso desprovido.

Afirma que não caberia a concessão de efeito suspensivo ao apelo, uma vez que o art. 30 da Lei n. 9.656/1998 é claro ao estabelecer que somente aqueles que contribuírem, no momento da rescisão ou exoneração do contrato de trabalho sem justa causa, tem garantido o direito de manter-se na condição de beneficiário.

É o relatório. Decido.

2. No caso, a decisão ora recorrida tem caráter precário, e apenas concede efeito suspensivo ao recurso de apelação.

Não se revela cognoscível o reclamo que se dirige contra acórdão, proferido no âmbito de agravo interno, que apenas manteve decisão interlocutória que deferiu o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação para manutenção da parte autora em plano de saúde coletivo, até o julgamento do apelo.

Ademais, importante transcrever, por seu caráter elucidativo, o seguinte trecho de voto proferido pelo e. Ministro Teori Albino Zavascki, quando do julgamento do **Recurso Especial 765.375/MA**:

4. Relativamente ao recurso especial, não se pode afastar, de modo absoluto, a sua aptidão como meio de controle da legitimidade das decisões sobre medidas liminares, notadamente em casos em que o seu deferimento ou indeferimento importa ofensa direta às normas legais que disciplinam tais medidas. É o que ocorre, por exemplo, quando há antecipação de tutela nos casos em que a lei a proíbe ou quando, para o seu deferimento, não tiverem sido observados os procedimentos exigidos pelas normas processuais. Nesses casos, a decisão tem eficácia preclusiva - sendo, portanto, definitiva - quanto àquelas questões federais. Todavia, a exemplo do que ocorre com o recurso extraordinário, o âmbito da revisibilidade dessas decisões, por recurso especial, não pode ser extensivo aos pressupostos específicos da relevância do direito (*fumus boni iuris*) e do risco de dano (*periculum in mora*). Relativamente ao primeiro, porque não há, na decisão liminar, juízo definitivo e conclusivo das instâncias ordinárias sobre a questão federal que dá suporte ao direito afirmado; e relativamente ao segundo, porque há, ademais, a circunstância impeditiva decorrente da Súmula 07/STJ, uma vez que a existência ou não de risco de dano é matéria em geral relacionada com os fatos e as provas da causa. A invocação, por analogia, da súmula 735/STF é, no particular, inteiramente pertinente.

5. Por idênticas razões, também não pode ser conhecido o recurso

especial quanto à alegação de ofensa a dispositivos de lei relacionados com a matéria de mérito da causa, que, em liminar, é tratada apenas sob juízo precário de mera verossimilhança. Quanto a tal matéria, somente haverá "causa decidida em única ou última instância", pressuposto constitucional para recorrer à instância extraordinária, com o julgamento definitivo do mérito. (**REsp 765.375/MA**, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, julgado em 06.04.2006, DJ 08.05.2006)

Nessa perspectiva, o STJ, em sintonia com o disposto na Súmula 735 do STF (*"Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar"*), entende que, via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, pois *"sabido que as medidas liminares de natureza cautelar ou antecipatória são conferidas à base de cognição sumária e de juízo de mera verossimilhança"*, não representando, portanto, pronunciamento judicial definitivo, mas, sim, provisório, sujeito à modificação a qualquer tempo, não tendo o condão de ensejar a violação da legislação federal autorizadora da interposição do recurso especial, dada a sua precariedade (**AgRg no REsp 1.159.745/DF**, Min. Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 11.05.2010, DJe 21.05.2010).

No mesmo diapasão, confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPETÊNCIA INTERNA. NULIDADE RELATIVA. PRECLUSÃO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 273 DO CPC. REVISÃO. INADMISSIBILIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

(...)

2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ.

3. O Tribunal de origem, com base nos elementos probatórios, concluiu pela ausência dos requisitos necessários para o deferimento da tutela antecipada. Alterar esse entendimento é inviável em recurso especial a teor do que dispõe a referida súmula.

4. Agravo regimental a que se nega provimento. (**AgRg nos EDcl no AREsp 765.980/MT**, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 01.03.2016, DJe 15.03.2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. REQUISITOS AUTORIZADORES. VERIFICAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA E DE INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. PLANO DE SAÚDE. REAJUSTE EM RAZÃO DA FAIXA ETÁRIA. SÚMULAS Nº 7/STJ E Nº

Superior Tribunal de Justiça

735/STF.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça entende que não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, haja vista a natureza precária da decisão, a teor do que dispõe a Súmula nº 735/STF.

2. Rever as conclusões do tribunal recorrido demandaria o reexame de matéria fático-probatória e de interpretação de cláusulas contratuais, o que é inviável em recurso especial, nos termos das Súmulas nºs 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça.

3. Agravo regimental não provido. (**AgRg no AREsp 730.340/MG**, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 27.10.2015, DJe 03.11.2015)

3. Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator